

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do Setor de Licitação do INSTITUTO ÁGUA E TERRA, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEDEST, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 316/2026 TIPO: MENOR PREÇO UASG: 928278	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 30 min do dia 22/06/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 30 min do dia 22/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a **Prestação de serviços especializados de Sondagem Geológica à Percussão e de Levantamento Planialtimétrico e Cadastral**, destinados a subsidiar a elaboração de projetos de construção, reforma ou adequação de edificações em viveiros florestais e laboratórios de sementes.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 476.161,61 (Quatrocentos e setenta e seis mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e um centavos)**, sendo:

- Lote 1 - R\$ 17.659,20 (dezesete mil reais, seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos);**
Lote 2 – R\$ 70.667,40 (setenta mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos);
Lote 3 – R\$ 16.954,60 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos);
Lote 4 – R\$ 16.705,10 (dezesseis mil, setecentos e cinco reais e dez centavos);
Lote 5 – R\$ 46.990,70 (quarenta e seis mil, novecentos e noventa reais e setenta centavos);
Lote 6 - R\$ 15.229,20 (quinze mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos);
Lote 7 – R\$ 51.844,72 (cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos);
Lote 8 – R\$ 92.034,44 (noventa e dois mil, trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos);
Lote 9 – R\$ 22.384,18 (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e dezoito centavos);
Lote 10 – R\$ 51.436,46 (cinquenta e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos);
Lote 11 – R\$ 53.109,30 (cinquenta e três mil, cento e nove reais e trinta centavos);
Lote 12 – R\$ 21.146,31 (vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e um centavos).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: F6961 1854 223 8294 - Gestão da conservação e recuperação do meio ambiente FEMA
Elemento da despesa: 3390.39.05 Serviços Técnicos Profissionais;
Fonte: 759, detalhamento 118.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br/>), do Compras Paraná (<https://www.administracao.pr.gov.br/Compras>) e do Compras.gov.br (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Tayane Cristina Raimundo e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 206 e 207, de 17 de março de 2026, servidores(as) do IAT.

E-mail: licitar@iat.pr.gov.br;

Telefones: (41) 3304-7030, (41) 3304-7046 (41) 3304-7082;

Endereço: Rua Padre Agostinho, 690, Mercês, Curitiba/PR, CEP 80430-050

O atendimento será feito de **segunda a sexta-feira**, no horário das **08h30min às 12 h** e das **13h às 17:30min**, exceto feriados.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

1.1 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de MENOR PREÇO.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de 105 (cento e cinco) dias, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12 as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6. CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

[Anexo I](#) – Termo de Referência;

[Anexo II](#) – Documentos de habilitação;

[Anexo III](#) – Modelo de descritivo da proposta de preços;
[Anexo IV](#) – Modelo de procuração;
[Anexo V](#) – Modelo de declaração;
[Anexo VI](#) – Termo de vistoria/declaração de conhecimento
[Anexo VII](#) – Locais de prestação de serviços;
[Anexo VIII](#) – Minuta de Contrato;
[Anexo IX](#) – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
[Anexo X](#) – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal - [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br), na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual ([compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br)), conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/manuais> ou, ainda, por meio do telefone 0800-978-9001 (suporte técnico).
- 1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.1.2** Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (<https://www.administracao.pr.gov.br/Compras>), nos termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013.
- 2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.
- 2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
- 2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- 2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor global;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.3.1 o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos,

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a *180 (cento e oitenta)* dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.1 Esse prazo está estabelecido para assegurar que a Administração tenha tempo suficiente para realizar a avaliação completa e detalhada das propostas recebidas, realizar os procedimentos administrativos internos, e possibilitar eventuais negociações ou ajustes que se façam necessários. Além disso, garante que as condições apresentadas pelo licitante permaneçam válidas e inalteradas durante o período de avaliação e decisão, e está alinhado com o prazo de validade comumente praticado em processos licitatórios, conforme as orientações legais e normativas recomendadas.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

- 5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.
- 5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).
- 5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.9.1** A escolha do modo de disputa aberto fundamenta-se na transparência e na igualdade de condições, na promoção da competitividade, na eficiência do processo e no atendimento ao interesse público. Esse modo atende aos princípios e exigências legais, e contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.
- 5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-
- 5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de *24 (vinte e quatro) horas*, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de *24 (vinte e quatro) horas*, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

12.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, assinado e datado eletronicamente.

Lilian dos Santos Barreto
Membro de Apoio da Comissão de Licitações
Instituto Água e Terra – IAT/PR



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo nº 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico nº 316/2026 – Serviços – EDITAL (página 14 de 38)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**1 OBJETO**

1.1 Contratação, em lotes, de serviços especializados de Sondagem Geológica à Percussão e de Levantamento Planialtimétrico e Cadastral, conforme normas técnicas aplicáveis, destinados a subsidiar a elaboração de projetos de construção, reforma ou adequação de edificações em viveiros florestais e laboratórios de sementes administrados pelo Instituto Água e Terra – IAT.

1.1.1 Os quantitativos e detalhamentos dos itens estão discriminados nas tabelas abaixo.

Para os serviços de sondagem geológica à percussão:

Quadro 01 - Lotes - Sondagem Geológica à Percussão

Lote	Serviço	Código de Catalogação do GMS	Local	Nº de pontos	Profundidade do Furo (m)	Nº Laudo de Sondagem	Valor total do Lote
Lote 01	Sondagem Geológica à Percussão	71.497.499	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Curitiba (ERCBA)	6	20	1	R\$ 17.659,20
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranaguá (ERLIT)	4	20	1	
Lote 02	Sondagem Geológica à Percussão	71.497.499	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA)	4	20	1	R\$ 70.667,40
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT)	5	20	1	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA)	6	20	1	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO)	5	20	1	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA)	4	20	1	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI)	8	20	1	
Lote 03	Sondagem Geológica à Percussão	71.497.499	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB)	4	20	1	R\$ 16.954,60
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL)	5	20	1	
Lote 04	Sondagem Geológica à Percussão	71.497.499	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS)	5	20	1	R\$ 16.705,10
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL)	5	20	1	
Lote 05	Sondagem Geológica à Percussão	71.497.499	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU)	4	20	1	R\$ 46.990,70
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO)	8	20	1	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG)	6	20	1	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranaíba (ERPVI)	4	20	1	
Lote 06	Sondagem Geológica à Percussão	71.497.499	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procopio (ERCOP)	3	20	1	R\$ 15.229,20
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC)	5	20	1	

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021
– Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2ff1d5ae3227852a58a6d282a7c36f16**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

1.1.1.1 Os locais exatos para a execução dos pontos de sondagem geológica à percussão serão definidos pela fiscalização no momento de execução dos serviços, de acordo com os quantitativos previstos no Quadro 01 e nos endereços apresentados no Quadro 03.

Para os serviços de Levantamento Planialtimétrico e Cadastral:

Quadro 02 - Lotes - Levantamento Planialtimétrico e Cadastral

Lote	Serviço	Código de Catalogação do GMS	Local	Área Aprox. (m²)	Valor total do Lote
Lote 07	Levantamento planialtimétrico e cadastral	71.595.656	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Curitiba (ERCBA)	103.936,00	R\$ 51.844,72
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranaguá (ERLIT)	7.151,00	
Lote 08	Levantamento planialtimétrico e cadastral	71.595.656	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA)	12.665,00	R\$ 92.034,44
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT)	15.787,00	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA)	24.784,00	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO)	39.626,00	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA)	9.920,00	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI)	68.464,00	
Lote 09	Levantamento planialtimétrico e cadastral	71.595.656	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB)	33.759,00	R\$ 22.384,18
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL)	5.187,00	
Lote 10	Levantamento planialtimétrico e cadastral	71.595.656	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS)	39.394,00	R\$ 51.436,46
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL)	69.145,00	
Lote 11	Levantamento planialtimétrico e cadastral	71.595.656	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU)	11.905,00	R\$ 53.109,30
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO)	57.150,00	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG)	15.173,00	
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI)	9.557,00	
Lote 12	Levantamento planialtimétrico e cadastral	71.595.656	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procopio (ERCOP)	7.465,00	R\$ 21.146,31
			Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC)	27.182,00	

1.1.1.2 As áreas apresentadas são estimativas, cabendo à contratada realizar o levantamento topográfico em todo o perímetro do viveiro e/ou conforme especificado no Anexo A - *Polígonos - Levantamento Planialtimétrico e Cadastral*.

1.1.2 Os endereços e as coordenadas para a execução dos serviços estão detalhados no item 1.4.4 deste Termo de Referência.

1.1.3 Os Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12 **serão exclusivos para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**.

1.1.4 O Lote 8 será destinado à ampla concorrência.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Serviço de sondagem geológica à percussão

1.2.1.1 Na execução das sondagens deverão ser seguidos rigorosamente as recomendações e especificações previstas em Orientações e Normas Técnicas, principalmente a ABNT NBR 6484:2020, OT IBR 001/2006 e demais legislações vigentes aplicáveis.

1.2.1.2 A elaboração dos relatórios técnicos dos estudos geológicos deverão atender plenamente às normas vigentes, em especial à ABNT NBR 10.719, contendo todas as informações e documentos necessários para subsidiar as etapas subsequentes das obras de reforma e/ou reparo.

1.2.1.3 Os laudos de sondagem e relatórios deverão ser acompanhados de documentos comprobatórios da responsabilidade técnica dos profissionais habilitados envolvidos, devidamente acompanhados dos comprovantes de quitação correspondentes aos Conselhos de Classe.

1.2.1.4 Deverão ser executados furos de sondagem com profundidade mínima de 20,0m (vinte metros) ou até o limite impenetrável do solo conforme a Norma.

1.2.1.5 Deverão ser apresentadas as localizações exatas dos pontos de amostragem, bem como as cotas no relatório SPT deverão estar em concordância com o RN do terreno.

1.2.1.6 O **Relatório SPT** deve demonstrar os resultados da contagem de golpes, o diagrama de penetrações (escala vertical 1:100), conjuntamente com as medidas de profundidade do solo, marca da posição do nível do lençol freático, quando atingido, indicações das características e perfil do solo conforme amostras retiradas, além dos demais requisitos das Normas Técnicas e Instruções aplicáveis.

1.2.1.7 Além dos relatórios individuais de sondagem de cada furo, deverá ser apresentado o **Laudo de Sondagem**, em formato digital “.pdf” e também em versão editável “.docx”, contendo, no mínimo, os seguintes elementos

- a) Identificação da empresa executora e do responsável técnico;
- b) Normas técnicas utilizadas como referência;
- c) Descrição da metodologia de trabalho empregada;
- d) Descrição dos equipamentos utilizados, com suas medidas e principais características;
- e) Localização dos pontos de sondagem em planta;
- f) Caracterização geotécnica do subsolo;
- g) Identificação do nível freático;
- h) Identificação das camadas portantes e não portantes;
- i) Recomendações preliminares para o projeto de fundações;
- j) Parecer conclusivo sobre o tipo de fundação mais adequado;
- k) Levantamento fotográfico da execução, demonstrando as etapas desenvolvidas.

1.2.1.8 O pagamento da respectiva ART/TRT, ou documento equivalente quando emitido por outra entidade profissional, bem como as plotagens e impressões dos relatórios devem estar contemplados na proposta das licitantes.

1.2.1.9 A execução da sondagem e a elaboração dos respectivos relatórios e laudos, obedecerão aos critérios, instruções, recomendações e especificações das Orientações Técnicas - OT IBR 001/2006, às normas vigentes, em especial à NBR 6484/2020 - Solo - Sondagem de simples reconhecimento com SPT - Método de ensaio.

1.2.1.10 Deverão ser apresentadas Declarações de Liberação de Direito Autoral referente aos produtos da Contratação, permitindo a utilização dos dados, levantamentos e projetos pela Contratante por tempo indeterminado.

1.2.2 Levantamento planialtimétrico e cadastral

1.2.2.1 O levantamento topográfico deverá ser realizado em conformidade integral com a legislação e normas vigentes, observando-se, em especial, as diretrizes das normas NBR 13.133, NBR 14.166, NBR 15.777, além de outras normas aplicáveis.

1.2.2.2 A contratada deverá observar as especificações das localidades situadas em área rural, considerando os critérios estabelecidos no Manual Técnico de Georreferenciamento de Imóveis Rurais de 2022, elaborado pelo INCRA, além do disposto na Lei nº 5.868/1972 e Decreto nº 4.449/2002.

1.2.2.3 A elaboração dos relatórios técnicos dos levantamentos topográficos deverá atender plenamente às normas vigentes, em especial à ABNT NBR 10.719, contendo todas as informações e documentos necessários para subsidiar as etapas subsequentes das obras de reforma e/ou reparo.

1.2.2.4 Os levantamentos, projetos e relatórios deverão ser acompanhados de documentos comprobatórios da responsabilidade técnica dos profissionais habilitados envolvidos, devidamente acompanhados dos comprovantes de quitação correspondentes aos Conselhos de Classe.

1.2.2.5 Todas as peças técnicas (plantas, memoriais, planilhas, entre outras) deverão conter referência expressa ao número do documento de responsabilidade técnica emitido pelo respectivo conselho profissional, vinculado à versão apresentada. Além disso, tais documentos deverão estar assinados pela Contratante e pelo responsável técnico legalmente habilitado junto ao seu órgão de classe.

1.2.2.6 Deverão ser utilizados marcos confeccionados em concreto baseados em referência oficial, de fácil identificação e com condições de permanecerem estáveis e inalterados por tempo relevante. A comprovação de sua execução e localização georreferenciada deverá ser apresentada junto ao Relatório Técnico.

1.2.2.7 Deverão ser apresentados desenhos técnicos em formato digital com assinatura digital válida, com compatibilidade de dados em BIM (*"Building Information Modeling"*), nas extensões de desenho CAD *“.dwg”* e *“.pdf”*. Além dos memoriais de cálculo, planilhas com dados georreferenciados dos pontos e cotas,

além dos demais documentos pertinentes a execução e interpretação dos resultados, todos em formato editável de texto “.doc” ou similar e “.pdf”.

1.2.2.8 Os levantamentos devem ser realizados e compreender, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Nome, localização e data do levantamento em campo
- b) Descrição dos equipamentos utilizados, acompanhados de certificados de calibração do equipamento
- c) Orientação magnética e datum utilizado
- d) Curvas de nível com equidistância a cada metro (ou precisão mais adequada conforme aprovação da fiscalização), acompanhadas das cotas dos vértices e pontos relevantes
- e) Perímetro e área dos polígonos, medidas de poligonais, ângulos internos e deflexões
- f) Referência de Nível (RN)
- g) Localização de divisas dos lotes, ruas, incluindo nomes, dimensões e tipo da pavimentação, acessos de veículos, calçadas, muros, cercas, construções, árvores isoladas, florestas e vegetações densas ou relevantes, redes de energia elétrica, telefone, redes de distribuição de água, efluentes domésticos e águas pluviais, delimitando a posição de caixas de inspeção ou similares, indicando características, cota de nível na superfície e profundidade;
- h) Localização de corpos hídricos, incluindo nascentes, córregos, cursos hídricos perenes ou intermitentes, valas de drenagem, demarcando as cotas dos fundos, além das áreas de fundo de vale, terrenos alagadiços, Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais, faixas *non aedificandi*, afastamentos, faixas de servidão e similares.
- i) Consulta quanto a faixa não edificável de drenagem;
- j) Consulta quanto a faixa não edificável de rede de transmissão;
- k) Consulta quanto à faixa de preservação permanente, às áreas verdes ou outras áreas que proíbam ou limitem a construção na área do levantamento.
- l) Documentos de matrículas atualizados (registro de imóveis);
- m) Fotocópia da planta de loteamento a que pertence a área levantada;
- n) Fotocópia da planta de ruas;

1.2.2.9 Deverão ser adotados Sistemas geodésico de referência (“datum”) em SIRGAS 2000 e plano de projeção em UTM. Deverão ser utilizadas escalas apropriadas para a área de cada lote, que melhor demonstre as principais características do local do objeto, com a adoção de escalas entre 1:500 a 1:2000, conforme área de estudo. Nos casos de levantamentos em que a área do lote seja muito superior ao de áreas edificadas na propriedade, apresentar outra representação em escala diferenciada, entre 1:100 a 1:250, referente a estas áreas que apresentem edificações ou instalações no interior da propriedade.

1.2.2.10 Os projetos deverão estar acompanhados de memorial descritivo e relatório fotográfico do terreno, contendo no mínimo, os seguintes itens:

- a) Dados gerais do contrato e seus interessados;
- b) Objetos, localização exata e datas de execução e levantamentos, com horário oficial de Brasília;
- c) *datum* utilizado
- d) Descrição geral da metodologia, softwares adotados como solução, especificações técnicas dos dispositivos utilizados, certificados de calibração da precisão e autorizações quando necessário;
- e) Identificação da equipe técnica, inclusive do Profissional Legalmente Habilitado;
- f) Memoriais de cálculo com cálculo das poligonais, nivelamentos e dados do levantamento;
- g) Relatório fotográfico de todos os levantamentos, inclusive dos marcos executados;
- h) Planilhas com dados dos pontos georreferenciados, inclusive com valores de elevação, que sejam possíveis ser utilizados em softwares de modelagem digital da superfície e terreno, os arquivos devem estar em formato editável “x/sx”.

1.2.2.11 Deverão ser apresentadas Declarações de Liberação de Direito Autoral referente aos produtos da Contratação, permitindo a utilização dos dados, levantamentos e projetos pela Contratante por tempo indeterminado.

1.2.2.12 O pagamento da respectiva ART/TRT, ou documento equivalente quando emitido por outra entidade profissional, bem como as plotagens e impressões dos relatórios devem estar contemplados na proposta das licitantes.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

Para os serviços de sondagem geológica à percussão

Deverão ser obedecidas as normas técnicas da ABNT, inclusive quanto a terminologia dos solos e rochas.

Os relatórios de sondagem, bem como a execução do serviço deverão minimamente atender às seguintes normas:

- NBR 6.502/1995 - Rochas e solos - Terminologia;
- NBR 13.441/1995 - Rochas e solos - Simbologia;
- NBR 8.036/1983 - Programação de sondagem de simples reconhecimento dos solos para fundação de edifícios - Procedimento;
- NBR 6.484/2020 - Solo - Sondagem de simples reconhecimento com SPT - Método de Ensaio;
- NBR 8.044/2018 - Projeto geotécnico - Procedimento;
- NBR 9.603/2015 - Sondagem a trado - Procedimento;
- NBR 9.604/2016 - Abertura de poço e trincheira de inspeção em solo, com retirada de amostras deformadas e indeformadas - Procedimento;

- NBR 9.820/2017 - Coleta de amostras indeformadas de solos de baixa consistência em furos de sondagem - Procedimento.

Para os serviços de Levantamento planialtimétrico e cadastral

Deverão ser obedecidas as normas técnicas da ABNT, inclusive quanto ao padrão de desenho e representações. O produto deverá atender minimamente às seguintes normas:

- NBR 13.133/1994 - Execução de Levantamento Topográfico;
- NBR 14.166/1998 - Rede de Referência Cadastral Municipal;
- NBR 8196/1983 - Emprego de Escalas em Desenhos Técnicos.

1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.4.1 A presente contratação será uma Execução Indireta e adotará como regime de execução de Empreitada por Preço Global, conforme estabelecido no Art. 46 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto 10.086/2022.

1.4.2 O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

1.4.3 O prazo de vigência do contrato é de 105 (cento e cinco) dias, a contar da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

1.4.4 Após a assinatura da Ordem de Serviço, a contratada deverá se comunicar com o fiscal responsável pelo acompanhamento dos projetos e efetuar reunião, para esclarecer as dúvidas que surgirem que forem relativas ao serviço. O contato poderá ser feito diretamente com o fiscal, via telefone ou por e-mail, no prazo máximo de até três dias corridos após assinatura da Ordem de Serviço.

1.4.5 Em caso de dúvida, divergência ou discordância sobre a extensão ou conteúdo dos serviços contratados, os participantes deverão formalizar manifestação prévia, de modo a não prejudicar o cronograma de elaboração dos projetos.

1.4.6 A comunicação entre a Contratada e a Fiscalização deverá ser feita por escrito. Todas as entregas da Contratada deverão ser formalizadas via eprotocolo.

1.4.7 A fiscalização se reserva o direito de recusar ou solicitar o refazimento de serviços que considere inadequados, incompletos e/ou abaixo dos padrões de qualidade pretendidos.

1.4.8 É de responsabilidade da Contratada na execução dos trabalhos; quando necessário as solicitações de retiradas de certidões, as aprovações, solicitações e retirada de licenças, adequações de projetos e preenchimentos de documentos que forem solicitados por agentes financiamentos no que couber aos projetos contratados e proceder com a formalização da entrega destes ao fiscal.

1.4.9 Os locais de prestação dos serviços, separados por lotes, estão descritos no Quadro 3.

Protocolo nº 25.288.756-3 - Termo de Referência (página 8 de 27)

Quadro 3 - Locais de prestação dos serviços

Lote	Serviço	Viveiro Florestal	Endereço
Serviços de Sondagem Geológica à Percussão			
Lote 1	Sondagem Geológica à Percussão	Viveiro de Produção de Mudanças Felipe Roberto Diap (ERCBA)	BR 277, km 72 - Guatupê, CEP:83075-000 - São José dos Pinhais
		Viveiro Florestal do IAT (ERLIT)	Estrada Santa Fé, 600 - Centro, CEP: 83350-000 - Morretes
Lote 2	Sondagem Geológica à Percussão	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA)	Br 277, Km 335+600m, Cep: 85010-000 - Guarapuava
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT)	Rua Domingos Santos Neto, S/Nº - Conj. Santa Regina, Cep: 85200-000 - Pitanga-Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA)	Rua Colibri, S/Nº - Vila Nova Porã, Cep: 86870-000 - Ivaiporã - Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO)	BR 376, km 403 - Localidade Limeira, CEP: 84300-000 - Tibagi-PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA)	Rua Ernesto Nunes, S/Nº - Agrovila, Cep: 84.527-000 - Fernandes Pinheiro - Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI)	Estrada Linha Santana, S/Nº, Cep: 84635-000 - Paulo Frontin
Lote 3	Sondagem Geológica à Percussão	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB)	Estrada Municipal Pioneiro Irineu Bertani, S/Nº - Localidade Linha Independência, Cep: 85501-970 - Pato Branco
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL)	Rua Vinte E Seis, 68 - Caixa Postal 31, Cep: 85620-000 - Salgado Filho - Pr
Lote 4	Sondagem Geológica à Percussão	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS)	Rua Apinajés, 1964 - Paulo Godoy, CEP: 86906-140 - Cascavel - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL)	Rua Principal, s/nº - Localidade Fundo do Aeroporto – Chácara Boa Esperança - Projeto Poti, CEP: 85900-000 - Toledo - PR
Lote 5	Sondagem Geológica à Percussão	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU)	Estrada Paca, s/n - a 3.500m do Jardim São Cristóvão, CEP: 87507-190 - Umuarama - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO)	Pr 082, Km 214 - Distrito De Figueira Do Oeste, Cep:87270-000 - Engenheiro Beltrão - Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG)	Rua Gomercindo Bortolanza, 1122 - Centro, CEP: 86.975-000 - Mandaguari - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI)	Estrada Municipal Água do Macuco - Bairro: Rural - anexo ao Parque de Exposição, CEP: 87702-170 - Paranavaí - PR
Lote 6	Sondagem Geológica à Percussão	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procópio (ERCOP)	Rua Uirapuru, s/nº - Jardim Primavera, CEP: 86300-000 - Cornélio Procópio - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC)	Estrada Água Feia, s/nº - Chumbeiro, CEP: 86400-000 - Jacarezinho - PR
Serviços de Levantamento planialtimétrico e cadastral			

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2ff1d5ae3227852a58a6d282a7c36f16**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

Protocolo nº 25.288.756-3 - Termo de Referência (página 9 de 27)

Lote 7	Levantamento planialtimétrico e cadastral	Viveiro de Produção de Mudanças Felipe Roberto Diap (ERCBA)	BR 277, km 72 - Guatupê, CEP:83075-000 - São José dos Pinhais
		Viveiro Florestal do IAT (ERLIT)	Estrada Santa Fé, s/nº - Santa Fé - (Entrada pela PR 408, km 8 + 200m, 600m da PR até o viveiro), CEP: 83350-000
Lote 8	Levantamentos planialtimétrico e cadastral	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA)	Br 277, Km 335+600m, Cep: 85010-000 - Guarapuava
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT)	Rua Domingos Santos Neto, S/Nº - Conj. Santa Regina, Cep: 85200-000 - Pitanga-Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA)	Rua Colibri, S/Nº - Vila Nova Porã, Cep: 86870-000 - Ivaiporã - Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO)	BR 376, km 403 - Localidade Limeira, CEP: 84300-000 - Tibagi-PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA)	Rua Ernesto Nunes, S/Nº - Agrovila, Cep: 84.527-000 - Fernandes Pinheiro - Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI)	Estrada Linha Santana, S/Nº, Cep: 84635-000 - Paulo Frontin
Lote 9	Levantamento planialtimétrico e cadastral	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB)	Estrada Municipal Pioneiro Irineu Bertani, S/Nº - Localidade Linha Independência, Cep: 85501-970 - Pato Branco
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL)	Rua Vinte E Seis, 68 - Caixa Postal 31, Cep: 85620-000 - Salgado Filho - Pr
Lote 10	Levantamento planialtimétrico e cadastral	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS)	Rua Apinajés, 1964 - Paulo Godoy, CEP: 86906-140 - Cascavel - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL)	Rua Principal, s/nº - Localidade Fundo do Aeroporto - Chácara Boa Esperança - Projeto Poti, CEP: 85900-000 - Toledo - PR
Lote 11	Levantamento planialtimétrico e cadastral	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU)	Estrada Paca, s/n - a 3.500m do Jardim São Cristóvão, CEP: 87507-190 - Umuarama - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO)	Pr 082, Km 214 - Distrito De Figueira Do Oeste, Cep:87270-000 - Engenheiro Beltrão - Pr
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG)	Rua Gomercindo Bortolanza, 1122 - Centro, CEP: 86.975-000 - Mandaguari - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI)	Estrada Municipal Água do Macuco - Bairro: Rural - anexo ao Parque de Exposição, CEP: 87702-170 - Paranavaí - PR
Lote 12	Levantamento planialtimétrico e cadastral	Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procopio (ERCOP)	Rua Uirapuru, s/nº - Jardim Primavera, CEP: 86300-000 - Cornélio Procopio - PR
		Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC)	Estrada Água Feia, s/nº - Chumbeiro, CEP: 86400-000 - Jacarezinho - PR

1.4.10 O perímetro destinado ao Levantamento Planialtimétrico e Cadastral está indicado no ANEXO A - *Polígonos - Levantamento Planialtimétrico e Cadastral* deste Termo de Referência. Nos viveiros florestais localizados em Unidades de Conservação, o levantamento planialtimétrico deverá abranger exclusivamente os

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
 Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
 Atualização: junho de 2023.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2ff1d5ae3227852a58a6d282a7c36f16**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

polígonos indicados no referido anexo. Já as áreas remanescentes vinculadas à matrícula deverão apenas ser identificadas e delimitadas com base no perímetro constante do registro de imóveis, não sendo necessária a execução de levantamento planialtimétrico.

1.4.11 Os pontos exatos para a execução dos furos de sondagem serão definidos pela fiscalização durante a realização dos serviços, observados os endereços fornecidos no Quadro 3 e a quantidade de sondagens previstas nesta contratação.

1.4.12 Os quantitativos dos serviços de sondagem foram definidos conforme os parâmetros da Norma NBR 8.036, considerando os locais destinados às futuras construções e estabelecendo uma profundidade padrão de 20 m.

2 DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação destina-se à execução de serviços preliminares indispensáveis à elaboração de projetos de engenharia e, consequentemente, à execução de obras vinculadas projetos desenvolvidos pelo Instituto Água e Terra – IAT. Dentre os projetos desenvolvidos pelo instituto, desca-se o *Projeto de Reestruturação dos Viveiros Florestais e do Laboratório de Sementes*, elaborado pela Gerência de Restauração Ambiental, resultantes do Termo de Ajustamento Judicial (TAJ) - Petrobras, e que têm como objetivo promover melhorias estruturais em viveiros florestais destinados à produção de mudas nativas.

Salienta-se que as obras de melhorias e benfeitorias nas instalações dos viveiros serão objeto de contratação de novos editais de licitação. Para possibilitar essas futuras contratações, faz-se necessária a elaboração de anteprojetos de engenharia, de modo a subsidiar as próximas etapas de contratação.

Segundo a Resolução nº 80/2020, do TCE-PR, que dispõe sobre os elementos técnicos constituintes do anteprojeto de engenharia, todos os anteprojetos de obras do estado do Paraná devem apresentar informações sobre a geotecnia do solo, com: (i) locação dos furos de sondagem, (ii) desenhos de perfis resultantes das sondagens SPT; e (iii) desenhos de perfis resultantes de eventuais outras sondagens (rotativa, etc.). Sobre o levantamento planialtimétrico, os anteprojetos devem conter: (i) levantamento planialtimétrico do terreno; e (ii) levantamento cadastral das principais interferências (tubulações, linhas de energia, etc.).

A NBR 6.484 e a NBR 13.133 também tratam como indispensável a realização de serviços de sondagem geológica à percussão (SPT) e de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, respectivamente, previamente à execução de obras de engenharia.

A execução desses serviços visa respaldar os projetos executivos necessários à reestruturação dos viveiros florestais e laboratórios de sementes, visando garantir segurança, precisão e conformidade técnica para as fundações,

drenagem e desenho das intervenções, sendo atestadas pelo setor técnico competente como requisitos especializados indispensáveis. Ambos serviços também constituem requisitos legais para a elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura subsequentes, conforme disposto no art. 499, incisos III e IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

2.1 Justificativa - Projeto de Reestruturação dos Viveiros Florestais e Laboratórios de Sementes

O Instituto Água e Terra – IAT, entre outras atribuições, é responsável por contribuir para a execução do programa Paraná Mais Verde, distribuindo mudas de espécies da vegetação nativa do estado. Este programa visa despertar a consciência ambiental e aliar o desenvolvimento ambiental, econômico e social, por meio da produção e plantio de árvores nativas.

Para viabilizar a distribuição de mudas, o IAT possui 19 viveiros florestais e 2 laboratórios de sementes distribuídos pelo estado do Paraná. O instituto desenvolve campanhas de coleta de sementes nos diversos ecossistemas paranaenses buscando atender a demanda dos laboratórios e propiciar a variabilidade genética das matrizes, obtendo mudas de melhor qualidade.

Atualmente, tem-se ciência da limitação da produção de mudas em relação à capacidade produtiva dos viveiros existentes. Além disso, de modo prospectivo, foi realizado, no ano de 2023, o diagnóstico das estruturas físicas dos viveiros florestais e laboratórios de sementes. Tal levantamento indicou as necessidades de reparos e reformas dos locais, bem como a necessidade de aquisições de equipamentos e ferramentas.

Entende-se que a limitação da capacidade produtiva dos viveiros florestais, somada à necessidade de reparos nas condições físicas dos viveiros e de atualização de equipamentos, pode comprometer a eficiência da produção e distribuição de mudas pelo Instituto Água e Terra. A ausência destes serviços e atualizações poderá acarretar os seguintes impactos: a curto prazo, dificuldades operacionais que podem restringir temporariamente o volume e a qualidade das mudas produzidas; e a longo prazo, limitações na capacidade de atendimento às demandas ambientais, o que pode afetar a manutenção da diversidade genética das espécies e a consistência dos esforços de reflorestamento.

Desta forma, o projeto de *Reestruturação dos Viveiros Florestais e Laboratórios de Sementes* busca revitalizar e modernizar as instalações físicas existentes nesses viveiros e laboratórios, além da aquisição de equipamentos. Tais ações visam auxiliar a ampliação da produção e distribuição de mudas de espécies nativas do estado do Paraná.

Como etapa inicial das reformas e dos reparos, é essencial realizar o levantamento das condições geológico-geotécnicas dos locais de intervenção em edificações, a fim de definir parâmetros técnicos para a elaboração dos Projetos Técnicos de Fundações e demais estruturas, conforme as normas técnicas vigentes.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021
– Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2ff1d5ae3227852a58a6d282a7c36f16**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

Para isso, são necessários estudos preliminares e, posteriormente, a execução de sondagens geotécnicas à percussão, com a realização do ensaio de penetração padrão (Standard Penetration Test – SPT). Também se faz necessária a elaboração dos perfis de cada furo de sondagem, bem como a identificação da profundidade do lençol freático e a respectiva localização dos furos em planta técnica georreferenciada, contendo as informações exigidas pelas normas ABNT NBR aplicáveis.

Além dos estudos geotécnicos, considera-se igualmente necessária a execução do levantamento planialtimétrico georreferenciado das áreas de intervenção. Esse levantamento permitirá a obtenção de dados precisos de relevo, cotas altimétricas, curvas de nível e limites das áreas, servindo de base para o adequado dimensionamento das obras, definição de drenagem, acessos, cortes e aterros. A ausência dessas informações comprometeria a elaboração dos projetos de engenharia, podendo gerar incompatibilidades técnicas, retrabalhos e aumento de custos na execução das obras de reestruturação dos viveiros e laboratórios.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A presente contratação visa a execução de dois serviços técnicos essenciais para a elaboração de projetos e execução de obras nos viveiros florestais de produção de mudas nativas: a sondagem geológica à percussão (SPT) e o levantamento planialtimétrico cadastral. Ambos são indispensáveis à obtenção de dados técnicos precisos sobre as características do solo e a topografia das áreas de intervenção, em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 14.133/2021) e as normas técnicas aplicáveis.

3.1 Sondagem Geológica à percussão

A sondagem geológica à percussão, com ensaio de penetração padrão (Standard Penetration Test – SPT), é utilizada para investigar as condições do subsolo em cada local de interesse. Trata-se de uma metodologia normatizada (ABNT NBR 6484:2020 e NBR 8036:1983) e amplamente aceita no setor de engenharia geotécnica, especialmente para o dimensionamento de fundações e análise de estabilidade de edificações e estruturas.

O serviço contempla:

- Perfuração do solo até profundidade “impenetrável”, com registro dos parâmetros obtidos em cada camada;
- Realização do ensaio SPT a cada metro, conforme prescrito em norma, com anotação do número de golpes por intervalo padrão;
- Coleta de amostras para identificação tátil-visual;
- Elaboração de relatórios detalhados contendo perfil individual dos furos, classificação do solo, cota dos níveis de água encontrados e número de golpes do ensaio SPT executados a cada metro;

- Elaboração do Laudo de Sondagem contendo a descrição da metodologia de trabalho empregada, a descrição dos equipamentos utilizados, localização dos pontos de sondagem em planta, caracterização geotécnica do subsolo, identificação do nível freático, identificação das camadas portantes e não portantes, recomendações preliminares para o projeto de fundações, parecer conclusivo sobre o tipo de fundação mais adequado e levantamento fotográfico da execução, demonstrando as etapas desenvolvidas.
- Atuação de responsável técnico legalmente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Essa abordagem permite identificar a resistência do solo, a profundidade do lençol freático e a estratificação geotécnica, subsidiando com dados confiáveis a elaboração dos projetos de engenharia necessários às futuras intervenções.

3.2 Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado

O levantamento planialtimétrico cadastral visa mapear detalhadamente as características topográficas e a infraestrutura das áreas de intervenção, contemplando pontos cotados, curvas de nível, divisões existentes, edificações, vias, drenagens, interferências construtivas e demais elementos pertinentes. Para atender às necessidades desta contratação, há três soluções tecnológicas disponíveis no mercado:

a) Estação Total: Equipamento eletrônico óptico que integra as funções de medição de ângulos e distâncias, capaz de levantar pontos com alta exatidão, mesmo em ambientes com obstáculos, vegetação ou edificações próximas. É ideal para áreas menores ou circunscritas, permitindo a definição precisa de coordenadas e cotas altimétricas. Os dados coletados são processados para gerar plantas técnicas, perfis topográficos e modelos digitais do terreno.

b) GNSS/GPS Geodésico: Sistema baseado em satélites de navegação global, especialmente eficientes em grandes áreas abertas ou rurais, onde oferecem elevada produtividade e precisão centimétrica. O serviço será executado por profissionais qualificados que utilizarão receptores GNSS multi-constelação para coleta e processamento dos pontos de interesse – pontos notáveis, vértices, limites de poligonal e demais referenciais exigidos pelos padrões do INCRA e das normas da ABNT (NBRs 13.133, 14.166, 15.777).

c) Drones: O uso de drones equipados com câmeras de alta resolução ou sensores LiDAR permite a obtenção de imagens aéreas detalhadas, ortofotos georreferenciadas e nuvens de pontos 3D, cobrindo rapidamente grandes extensões.

A escolha do método a ser empregado na execução dos levantamentos topográficos será de responsabilidade da empresa contratada, desde que observadas as normas técnicas vigentes e os resultados mínimos exigidos neste Termo de Referência. As soluções tecnológicas apresentadas; Estação Total;

GNSS/GPS e Drones; oferecem equivalência técnica e precisão compatível para os fins propostos, permitindo plena flexibilidade operacional à contratada.

Independentemente do método adotado, cabe à contratada assegurar que o levantamento proporcione informações confiáveis e detalhadas sobre curvas de nível, divisões existentes, delimitação de áreas, edificações, vias de acesso, redes de drenagem, pontos notáveis de relevo, interferências construtivas e quaisquer outros elementos que possam influenciar no planejamento, dimensionamento e execução das futuras intervenções.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 As estimativas de preços para contratação foram adotadas com base nos valores referenciais para Contratação de Projetos de Edificações Públicas, definidos e publicados pelo Governo do Estado do Paraná, mediante a Resolução nº 28 de 2024, estabelecida pela Secretaria de Estado das Cidades - SECID. A utilização desta referência tem como objetivo atender ao disposto no Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021, bem como do Art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, ao adotar uma tabela de referência de preços aprovada pelo Poder Executivo Estadual.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. Os itens descritos neste Termo de Referência estão organizados em 12 lotes, estruturados conforme a localização geográfica dos Viveiros Florestais administrados pelo Instituto Água e Terra – IAT, bem como de acordo com a natureza dos serviços a serem contratados.

5.2 Os lotes foram definidos considerando a prestação de um mesmo serviço em cidades próximas, adotando-se como referência a cidade de maior população dentro de um raio de até 250 km. Essa cidade serve como base para o cálculo de mobilização dos serviços de Sondagem Geológica à Percussão, em conformidade com o critério de precificação estabelecido pela metodologia proposta pela SECID.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 Deverão ser escolhidos locais para os furos na sondagem SPT que não coincidam com árvores, vegetações nativas ou de relevante interesse ecológico, assim como não estejam em Áreas de Preservação Permanente, salvo em casos justificáveis pela legislação vigente e de interesse da Administração.

6.2 Deverão ser priorizados locais de interesse para atendimento dos requisitos que não precisem de abertura de acessos em áreas naturais ou supressão de vegetação;

6.3 Todos os resíduos sólidos gerados nas atividades de perfuração no ensaio SPT devem ser acondicionados pela contratada e posteriormente, destinados em local ambientalmente adequado, observando os cuidados necessários para evitar contaminação de solo e corpos hídricos com solos contaminados com óleos e graxas do equipamento.

6.4 Nas atividades de cravação do amostrador em que são gerados ruídos de impacto, devem ser observados, nos locais de estudo, se existe a presença de comunidades vizinhas que possam ser impactadas, promovendo a atenção à medidas mitigadoras do risco e atendimento de horários de trabalho conforme a legislação ambiental vigente.

6.5 Durante as atividades do levantamento topográfico, apesar do baixo impacto previsto para a conclusão dos serviços, deverão ser observadas e respeitadas todas as legislações ambientais vigentes, sendo proibida qualquer interação que altere as características originais dos locais de estudo, tais como supressão de vegetação, descarte de resíduos sólidos, danos à fauna e flora local ou contaminação de corpos hídricos.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12 serão exclusivo para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), pois seus valores individuais estimados estão abaixo do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021
– Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2ff1d5ae3227852a58a6d282a7c36f16**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

9.1.1 serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

9.1.2 Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, com registro ativo no respectivo Conselho de Classe (CREA, CAU ou CFT), e com experiência comprovada.

9.1.3 Será exigida a comprovação de Qualificação Técnico-Profissional do responsável pela execução dos serviços, nos termos do Art. 465 do Decreto estadual 10.086/22.

9.1.4 A comprovação da experiência será realizada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico (CAT), acompanhadas dos respectivos atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.1.5 As Certidões de Acervo Técnico deverão comprovar a execução anterior mínima equivalente a:

- **Sondagem Geológica à Percussão:** acervo técnico correspondente a, no mínimo, 50% do comprimento total de sondagem previstos para o respectivo lote:

LOTE	ACERVO TÉCNICO COMPRIMENTO MÍNIMO DE SONDAÇÃO (m)
Lote 01	100
Lote 02	320
Lote 03	90
Lote 04	100
Lote 05	220
Lote 06	80

- **Levantamento Planialtimétrico Cadastral:** acervo técnico correspondente a, no mínimo, 50% da área total prevista para o respectivo lote:

LOTE	ACERVO TÉCNICO COMPRIMENTO MÍNIMO DE SONDAÇÃO (m)
Lote 07	55.543,50
Lote 08	85.623,00
Lote 09	19.473,00
Lote 10	54.269,50
Lote 11	46.892,50
Lote 12	17.323,50

9.1.6 Será permitida a somatória de Certidões de Acervo Técnico (CAT) para a comprovação da qualificação técnica.

9.1.7 Os produtos finais desta contratação devem ser fornecidos juntamente com a apresentação da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/TRT) emitida de forma individual para cada local de execução dos serviços;

9.1.8 Todos os produtos e procedimentos deverão observar integralmente as normas da ABNT correlatas à sondagem geológica (especialmente NBR 6484/2020, NBR 10.719 e correlatas) e aos levantamentos topográficos (NBR 13.133, NBR 14.166, NBR 15.777, Manual de Georreferenciamento de Imóveis Rurais – INCRA, dentre outras). O não atendimento às normas técnicas constitui motivo de rejeição dos serviços;

9.1.9 Toda a documentação técnica (relatórios, memoriais descritivos, plantas, croquis, planilhas, modelos digitais, fotografias, etc.) deverá ser entregue em formato digital editável e PDF, assinados digitalmente pelo responsável técnico, acompanhados das respectivas ARTs/RRTs/TRTs e certificados de calibração dos equipamentos utilizados, quando exigido por norma;

9.1.10 Os produtos resultantes da contratação deverão ser acompanhados de Declaração de Liberação de Direito Autoral, permitindo o uso irrestrito e por tempo indeterminado pelo IAT e órgãos parceiros, conforme art. 93 da Lei 14.133/2021;

9.1.11 Os arquivos gerados deverão apresentar interoperabilidade, com exportação para formatos compatíveis com sistemas BIM/AutoCAD (extensões .ifc, .dwg, .dxf, .pdf), e dados planilhados em Excel (.xlsx), além de relatórios em .doc/.docx;

9.1.12 As atividades deverão ser planejadas de modo a evitar impactos ambientais, conforme orientações do item 6 deste Termo de Referência. É vedada a execução de furos de sondagem e instalação de marcos topográficos em Áreas de Preservação Permanente, vegetação nativa relevante ou corpos hídricos, salvo estritamente necessário e previamente autorizado. Deve-se garantir adequada destinação dos resíduos, minimizar intervenções em campo e adotar as medidas de controle de ruído e proteção ambiental;

9.1.13 Todos os custos relativos à obtenção de ARTs, TRTs, plotagens, impressões e documentos acessórios deverão estar contemplados na contratação, sem previsão de custos adicionais;

9.1.14 Todas as peças técnicas devem conter referência expressa ao número da ART/RRT/TRT correspondente, devidamente assinada e vinculada ao documento apresentado. Relatórios, mapas e memoriais deverão ser aprovados pela fiscalização previamente à aceitação definitiva.

9.1.15 É obrigatório o cumprimento integral dos prazos estabelecidos, com comunicação formal das etapas via eProtocolo e participação em reuniões técnicas sempre que solicitado pela fiscalização;

9.1.16 É de responsabilidade da contratada a manutenção de registro das atividades de campo, com possibilidade de acompanhamento, por parte da fiscalização, de quaisquer etapas à critério do IAT;

9.1.17 É de responsabilidade integral da contratada pela mão de obra empregada, observando exigências trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

Todos os profissionais em campo deverão portar equipamentos de proteção individual (EPIs) e identificação conforme normas vigentes.

9.1.18 A contratada deve estar apta a adequar a execução dos serviços frente a eventuais solicitações de órgãos de financiamento, alterações de diagnóstico ou exigências administrativas supervenientes devidamente formalizadas pelo IAT.

9.1.19 Não será admitida subcontratação, nos termos deste Termo de Referência.

9.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado

o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

10.1.20 Garantir ao contratante:

10.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

11. GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1 Tendo em vista a baixa complexidade e o valor dos serviços objeto deste contrato, somado ao fato de sua execução ser padronizada e claramente definida, e com o pagamento efetuado de forma integral após a conclusão e atesto dos serviços, dispensa-se a exigência de garantias de execução.

12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

12.3 O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

13 DO REAJUSTAMENTO

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade e com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.2.1 O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última

variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por simples apostilamento, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal 14.133/2021.

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1 Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

16 CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O serviço terá um **prazo de execução de 60 (Sessenta) dias** a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

16.2 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 15 (quinze) dias.

16.2.1 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

17.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1 A entrega integral dos objetos de cada lote deverá compreender os relatórios e resultados de campo, mapas, plantas, modelos, planilhas e todos os demais documentos pertinentes ao atendimento do objeto contratado, em conformidade com

as normas técnicas e legislações aplicáveis. Deverá ser fornecida também a versão digital editável dos resultados, conforme requisitos definidos anteriormente.

17.3 Documento que caracterizam a entrega dos serviços de Sondagem Geológica à Percussão:

- a) Planta de locação das sondagens, indicando as cotas das bocas dos furos e suas respectivas localizações, conforme item 1.2.1.5 deste Termo de Referência;
- b) Relatório SPT, contendo o perfil individual de cada furo de sondagem (seções do subsolo, resistência do solo a cada metro perfurado, tipo e espessura dos materiais e posição dos níveis d'água), conforme item 1.2.1.6 deste Termo de Referência;
- c) Laudo de sondagem, contendo: normas técnicas aplicadas, descrição da metodologia e dos equipamentos utilizados, localização dos pontos de sondagem, caracterização geotécnica do subsolo, identificação das camadas portantes e não portantes, recomendações preliminares para projeto de fundações, parecer conclusivo sobre o tipo de fundação mais adequado, levantamento fotográfico da execução da sondagem e demais requisitos estabelecidos no item 1.2.1.7 deste Termo de Referência;
- d) ART ou documento equivalente quando de outra entidade profissional, emitido pelo conselho de classe correspondente e devidamente pago e assinado.

17.4 Documentos que caracterizam a entrega dos serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral:

- a) Plantas, croquis e desenhos aprovados pela fiscalização;
- b) Memoriais Descritivos;
- c) Matrículas atualizados dos imóveis (registro de imóveis);
- d) Fotocópia da planta de loteamento a que pertence a área levantada;
- e) Fotocópia da planta de ruas;
- f) Consulta quanto à faixa não edificável de drenagem;
- g) Consulta quanto à faixa não edificável de rede de transmissão;
- h) Consulta quanto à faixa de preservação permanente, às áreas verdes ou outras áreas que proíbam ou limitem a construção na área do levantamento.
- i) Documento que comprove a responsabilidade técnica do profissional responsável, emitido pelo respectivo conselho de classe;
- j) Demais exigências previstas no item 1.2.2 deste Termo de Referência.

18.SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. VISTORIA

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021
– Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2ff1d5ae3227852a58a6d282a7c36f16**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

19.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto a Gerência de Restauração Florestal, pelo telefone (41) 2117-1401.

19.2 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo 3 do Anexo VI deste Edital).

19.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

19.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: Conforme indicado na Declaração Orçamentária;

Fonte de Recursos: Conforme indicado na Declaração Orçamentária;

Programa de Trabalho: Conforme indicado na Declaração Orçamentária;

Elemento de Despesa: Conforme indicado na Declaração Orçamentária.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

22.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086,

Protocolo nº 25.288.756-3 - Termo de Referência (página 27 de 27)

de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 21 de janeiro de 2026

Alison de Araújo Bevervanço
Agente Profissional - Engenheiro Civil
Instituto Água e Terra
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021
– Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **2ff1d5ae3227852a58a6d282a7c36f16**

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO. Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **32dd27a505e7ed44e1cbc7fb20392363**

Documento: **3.TRtopografiaesondagemREV.02.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Alison de Araujo Bevervanco (XXX.070.399-XX)** em 08/05/2026 13:58 Local: IAT/DIPAN/GERA.

Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Alison de Araujo Bevervanco** em: 08/05/2026 13:58.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Todos os licitantes deverão estar registrados no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,5 (cinco décimos) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, com registro ativo no respectivo Conselho de Classe (CREA, CAU ou CFT), e com experiência comprovada.

1.5.2 Será exigida a comprovação de Qualificação Técnico-Profissional do responsável pela execução dos serviços, nos termos do Art. 465 do Decreto estadual 10.086/22.

1.5.3 A comprovação da experiência será realizada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico (CAT), acompanhadas dos respectivos atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

1.5.4 As Certidões de Acervo Técnico deverão comprovar a execução anterior mínima equivalente a:

- Sondagem Geológica à Percussão: acervo técnico correspondente a, no mínimo, 50% do comprimento total de sondagem previstos para o respectivo lote:

LOTE	ACERVO TÉCNICO COMPRIMENTO MÍNIMO DE SONDAGEM (m)
Lote 01	100
Lote 02	320
Lote 03	90
Lote 04	100
Lote 05	220
Lote 06	80

- Levantamento Planialtimétrico Cadastral: acervo técnico correspondente a, no mínimo, 50% da área total prevista para o respectivo lote:

LOTE	ACERVO TÉCNICO COMPRIMENTO MÍNIMO DE SONDAGEM (m)
Lote 07	55.543,50
Lote 08	85.623,00
Lote 09	19.473,00
Lote 10	54.269,50
Lote 11	46.892,50
Lote 12	17.323,50

1.5.5 Será permitida a somatória de Certidões de Acervo Técnico (CAT) para a comprovação da qualificação técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGACÕES OBJETO DA LICITAÇÃO-(Anexo VI);

1.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 316 Ano: 2026****DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

Prestador de serviço		
CNPJ/CPF:	Inscrição Estadual:	
Endereço:		
Bairro:		
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Fax:	e-mail:
Banco: 001 – Banco do Brasil	Agência:	Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: contratação de serviços especializados de Sondagem Geológica à Percussão e de Levantamento Planialtimétrico e Cadastral, destinados a subsidiar a elaboração de projetos de construção, reforma ou adequação de edificações em viveiros florestais e laboratórios de sementes

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Curitiba (ERCBA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranaguá (ERLIT)	Locais	2	R\$	R\$
2	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI).	Locais	6	R\$	R\$
3	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL)	Locais	2	R\$	R\$
4	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL)	Locais	2	R\$	R\$
5	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI).	Locais	4	R\$	R\$
6	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procopio (ERCOP) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC).	Locais	2	R\$	R\$
7	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral	Locais	2	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

Protocolo nº 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico nº 316/2026 – Serviços – EDITAL (página 19 de 38)

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Curitiba (ERCBA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranaguá (ERLIT)				
8	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGU), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI).	Locais	6	R\$	R\$
9	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL).	Locais	2	R\$	R\$
10	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL).	Locais	2	R\$	R\$
11	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI).	Locais	4	R\$	R\$
12	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procópio (ERCOP) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC)..	Locais	2	R\$	R\$

2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo n° 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico n° 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 20 de 38)

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 316/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo nº 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico nº 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 22 de 38)

ANEXO VI
MODELOS DE DECLARAÇÃO

01 – TERMO DE VISTORIA
(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 316/2026

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações do XXXXX [ÓRGÃO/ENTIDADE], onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

XXXX [local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo nº 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico nº 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 23 de 38)

ANEXO VI
MODELOS DE DECLARAÇÃO

02 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 316/2026

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo nº 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico nº 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 24 de 38)

ANEXO VII
LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Instituto Água e Terra
Local de Prestação dos Serviços: Viveiros Florestais do Instituto Água e Terra – Conforme especificado no quadro 03 – do item 1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO do Termo de Referência.
Responsável pelo Recebimento: Gerencia de Restauração Florestal
Telefone: (41) 2117-1401
Horário de Funcionamento: 8h30min até 17h30min

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO N° XXXXXXXXX

CONTRATANTE: [O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão XXXXXXXXX] ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n° XXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXXX, expedido por XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 316/2026 (protocolo n.º 25.288.756-3) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Cotratção de empresa especializada para a prestação de serviços especializados de Sondagem Geológica à Percussão e de Levantamento Planialtimétrico e Cadastral, destinados a subsidiar a elaboração de projetos de construção, reforma ou adequação de edificações em viveiros florestais e laboratórios de sementes, conforme descrito no Termo de Referência.

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Curitiba (ERCBA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranaguá (ERLIT)	serviço	2	R\$	R\$
2	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI).	serviço	6	R\$	R\$
3	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL)	serviço	2	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

Protocolo n° 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico n° 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 26 de 38)

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
4	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL)	serviço	2	R\$	R\$
5	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI).	serviço	4	R\$	R\$
6	Serviços de Sondagem Geológica à Percussão (SPT), com perfuração mínima de 20m e emissão de laudos técnicos Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procópio (ERCOP) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC).	serviço	2	R\$	R\$
7	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Curitiba (ERCBA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranaguá (ERLIT)	serviço	2	R\$	R\$
8	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Guarapuava (ERGUA), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pitanga (ERPIT), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ivaiporã (ERIVA), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Ponta Grossa (ERPGO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Irati (ERIRA) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de União da Vitória (ERUVI).	serviço	6	R\$	R\$
9	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Pato Branco (ERPAB) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Francisco Beltrão (ERBEL).	serviço	2	R\$	R\$
10	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cascavel (ERCAS) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Toledo (ERTOL).	serviço	2	R\$	R\$
11	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Umuarama (ERUMU), Viveiro	serviço	4	R\$	R\$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

Protocolo n° 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico n° 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 27 de 38)

Lote	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
	Florestal - Escritório Regional de Campo Mourão (ERCMO), Viveiro Florestal - Escritório Regional de Maringá (ERMAG) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Paranavaí (ERPVI).				
12	Serviços de Levantamento Planialtimétrico Cadastral Georreferenciado das áreas de intervenção no Viveiro Florestal - Escritório Regional de Cornélio Procópio (ERCOP) e Viveiro Florestal - Escritório Regional de Jacarezinho (ERJAC).	serviço	2	R\$	R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 316/2026, objeto do processo administrativo n.º 25.288.756-3, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4 REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n° 10.192/2001, utilizando-se do índice IPCA.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

6.2 O serviço será executado em 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

6.3 Os serviços serão prestados no CONFORME O **Anexo VII**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 15 (quinze) dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 6961 – FEMA;

Fonte de Recursos: 759, detalhamento 118;

Programa de Trabalho: 6961 1854 223 8294 – Gestão da Conservação e recuperação do meio ambiente FEMA;

Elemento de Despesa: 3390.39.05 Serviços Técnicos Profissionais.

8 VIGÊNCIA:

8.1 O prazo de vigência do contrato é de 105 (cento e cinco) dias, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

Protocolo nº 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico nº 316/2026 – Serviços – EDITAL (página 29 de 38)

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

10.1.20 Garantir ao contratante:

10.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões consignadas no Termo de Referência.

12 PENALIDADES:

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito)

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.

Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min

anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de

rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. MATRIZ DE RISCO

17.1 Disposições Gerais

17.1.1 Nos termos do art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 186 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, estabelece-se a presente Matriz de Riscos, com a finalidade de definir a alocação de responsabilidades entre as partes, bem como assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

17.1.2 Consideram-se riscos os eventos supervenientes à contratação que possam impactar a execução do objeto, os custos, prazos ou resultados pactuados.

17.2 Dos Eventos Supervenientes

17.2.1 Constituem eventos supervenientes que poderão impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

- I – alterações legislativas ou normativas que impactem diretamente o objeto contratado;
- II – eventos climáticos ou naturais extraordinários;
- III – fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- IV – interferências externas não imputáveis às partes;
- V – necessidade de adequações técnicas não previstas inicialmente.

17.2.2 A ocorrência de tais eventos poderá ensejar, mediante comprovação:

- a) reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) prorrogação de prazo;
- c) revisão contratual;
- d) celebração de termo aditivo.

17.3 Da Alocação de Riscos

17.3.1 Riscos atribuídos à CONTRATANTE

- a) Deficiências ou inconsistências no Termo de Referência;
- b) Falhas na definição do objeto ou especificações técnicas;
- c) Atrasos decorrentes de providências administrativas;
- d) Alterações unilaterais do contrato;
- e) Fatos supervenientes de natureza institucional.

17.3.2 Riscos atribuídos à CONTRATADA

- a) Execução inadequada ou incompleta dos serviços;
- b) Descumprimento de prazos e obrigações contratuais;
- c) Falha na qualificação ou alocação de equipe técnica;
- d) Insuficiência de equipamentos, materiais ou insumos;
- e) Falhas operacionais e de comunicação durante a execução;
- f) Acidentes de trabalho decorrentes de descumprimento de normas de segurança;
- g) Inadimplência trabalhista, previdenciária ou fiscal;
- h) Erros técnicos na execução dos serviços;
- i) Não atingimento dos parâmetros técnicos exigidos.

17.3.3 Riscos Compartilhados

- a) Caso fortuito ou força maior;
- b) Alterações relevantes nas condições de execução;
- c) Interferências externas imprevisíveis;
- d) Necessidade de readaptações técnicas decorrentes de fatores não previstos.

17.4 Das Obrigações de Resultado e de Meio

17.4.1 Para as parcelas caracterizadas como obrigações de resultado, a CONTRATADA terá liberdade metodológica e tecnológica, desde que assegure a entrega conforme os parâmetros estabelecidos.

17.4.2 Para as parcelas caracterizadas como obrigações de meio, a CONTRATADA deverá observar rigorosamente as soluções técnicas definidas no Termo de Referência, não sendo admitidas alterações sem autorização da CONTRATANTE.

17.5 Das Medidas Preventivas e de Contingência

17.5.1 As partes deverão adotar medidas preventivas, tais como:

- I – fiscalização contínua da execução;
- II – manutenção de registros formais de comunicação;
- III – controle de qualidade e verificação técnica;
- IV – utilização de procedimentos operacionais e checklists.

17.5.2 Na ocorrência de risco, poderão ser adotadas medidas de contingência, incluindo:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: maio/2025.
Acesso em: 27/03/2026 às 10h40min



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo n° 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico n° 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 36 de 38)

- a) substituição de equipe ou responsável técnico;
- b) adequação de equipamentos ou metodologia;
- c) aplicação de sanções contratuais;
- d) acionamento de garantias;
- e) replanejamento da execução.

17.6 Do Monitoramento da Matriz de Risco

17.6.1 A Matriz de Riscos será monitorada durante toda a execução contratual.

17.6.2 Poderá ser revisada mediante justificativa técnica.

17.6.3 A revisão da matriz não implicará automaticamente reequilíbrio econômico-financeiro, que dependerá de comprovação do impacto.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT
Diretoria Administrativa e Financeira
Setor de Licitação



Protocolo n° 25.288.756-3 - Pregão Eletrônico n° 316/2026 – Serviços– EDITAL (página 37 de 38)

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 316/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar n° 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal n° 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Documento: **Edital316.2026organized.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Lilian dos Santos Barreto (XXX.990.389-XX)** em 01/06/2026 14:09 Local: IAT/DIAFI/GEAD/DAG/LICITACAO.

Inserido ao protocolo **25.288.756-3** por: **Suellen Azevedo Costa** em: 01/06/2026 11:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: